
A identidade regional fronteiriça nas poesias de Bisio e Simões

*Carlos Roberto da Rosa Rangel**

Resumo: A fronteira Brasil-Uruguai teve um processo histórico de formação singular que lhe propiciou uma cultura original. Para analisar alguns traços dessa cultura, utilizaram-se as obras dos poetas riverenses Olyntho M. Simões e Agustín R. Bisio, dentro de uma perspectiva sociológica. Como resultado, constata-se que a religiosidade popular associada aos afro-brasileiros, a utilização de um dialeto português e práticas sociais, como o contrabando, servem de referenciais externos para a elaboração poética da identidade regional fronteiriça.

Palavras-chave: poesia, identidade, fronteira.

Abstract: The singular historic process of the Brazil-Uruguay border provided an original culture. In order to analyze a few traits of that culture, the literary work of Olyntho M. Simões and Agustín R. Bisio, poets from Rivera, were analyzed within a sociological perspective. As a result, it has been found out that popular religiosity associated to Afro-brazilians, the use of a Portuguese dialect, and social practices such as smuggling served as external references to the poetic elaboration of a border regional identity.

Key words: poetry, identity, border.

Introdução

O presente artigo é resultado de pesquisa realizada na fronteira Brasil-Uruguai, ao longo do ano de 2002, com o apoio institucional do Centro Universitário Franciscano (Unifra – Santa Maria), a partir do projeto *Novos olhares: história cultural da região de fronteira Brasil-Uruguai sob a ótica da ficção* (1900-1940), como parte dos trabalhos realizados pelo Grupo de Pesquisa *Cultura e Grupos Sociais* do curso de História.

Seu objetivo é resgatar, no discurso literário, elementos da história cultural da região de fronteira Brasil-Uruguai, por meio da obra poética *La*

* Professor no Centro Universitário Franciscano (Unifra); Mestre em História Regional pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: c.rangel@zaz.com.br

sombra de los plátanos, de Olintho María Simões e *Brindis agreste*, de Agustín Ramón Bisio, destacando os elementos identificadores da cultura local, nas cidades de Santana do Livramento e Rivera, na primeira metade do século XX. Para tanto, foram utilizados dados historiográficos, estatísticas locais, obras de teoria literária e teoria da cultura, ensaios de Sociologia e as poesias encontradas nas obras mencionadas, dentro de uma perspectiva sociológica da Literatura.

O emprego da ficção como fonte para os estudos sociológicos tem merecido especial atenção entre os estudiosos contemporâneos de cultura, dentre os quais podemos destacar os integrantes da corrente *New History*, que procuram uma aproximação entre a narrativa histórica e a narrativa literária (White, 1995). Essa busca de aproximações não ocorre sem conflitos entre aqueles que enfatizam os aspectos narrativos e subjetivos das obras historiográficas e aqueles que lembram os compromissos técnicos, operacionais e documentais que os historiadores têm com um referente externo e material.

Mais que uma questão de ênfase no processo narrativo ou na objetividade do estudo histórico, autores como Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margaret Jacob (1995) destacam uma mudança crucial nos paradigmas de cientificidade da História, levando os historiadores a reconhecer a relatividade de suas representações do passado, o papel da linguagem na significação e a presença de diferentes estratégias narrativas nas obras historiográficas, tal como ocorre nas obras de ficção.

Destacando a literatura como fonte de pesquisa para historiadores, Krzysztof Pomian (1989) afirma ser a verossimilhança o elemento central da coerência e do efeito de sentido provocado nos leitores, tanto nas obras de ficção como nas historiográficas, de tal forma que o romance histórico e as biografias fornecem elementos de identificação com a época histórica que lhe serve de contexto. Dessa premissa, o autor avança ao afirmar que também os historiadores têm de emprestar verossimilhança às suas narrativas, ainda com mais ênfase, em virtude das expectativas de seus leitores, que esperam encontrar na obra historiográfica uma representação factível do passado.

Quando utilizamos a obra literária como fonte da pesquisa histórico-sociológica, não o fazemos sem reconhecer o quanto é problemática a moderna análise do discurso literário (Leite, 1975), tendo em vista a diversidade das áreas de estudo que têm o propósito de investigar a produção discursiva da literatura: a estilística, o formalismo russo, o *new criticism*, a Sociologia da Literatura, a estética da recepção, entre outros.

Outro problema de vulto diz respeito à polêmica em torno da formulação das obras de ficção, que pode ser sintetizada da seguinte maneira: são as condições sociais ou os valores estéticos que determinam a forma e

o conteúdo das obras literárias? Ou ainda: é possível extrair da obra literária os mecanismos em operação na sociedade em que foi produzida, sem levar em conta o entendimento da raiz ficcional, literariamente realizada?

O debate pode ser sistematizado em torno da oposição entre uma corrente textualista, que busca no texto as suas considerações restritas ao campo imanente da Literatura, tais como a estilística, o formalismo eslavo, a escola morfológica alemã, o *new criticism*, o estruturalismo e a poética gerativa, e outra corrente, de fundo sociológico e com preocupações ético-políticas, tal como a crítica existencialista, a crítica marxista, a crítica sociológica e a estética da recepção (Souza, 1995).

Uma possível resposta para o impasse está em Luis Costa Lima (1983), que procura fazer a distinção entre análise sociológica e Sociologia da Literatura. Nesta última, estariam os sociólogos, para quem a obra literária ilustra, exemplifica, dá uma interpretação de uma determinada sociedade ou é vista como um reflexo da realidade capaz de dizer algo sobre uma teoria pré-estabelecida. Já para a análise sociológica, campo de atuação dos críticos, o importante é descobrir a articulação entre o discurso literário e as condições sociais onde foi produzido, destacando-se os aspectos estético-formais capazes de, a um só tempo, revelar a singularidade da obra ficcional e suas condições de produção e difusão.

Antonio Cândido é mais enfático quando propõe uma adequação às oposições radicais entre o “Sociologismo” e o “Esteticismo”:

Só podemos entender (a obra literária) fundindo texto e contexto, numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos valores externos, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo (Cândido, 2000, p. 4).

Parece evidente que esses autores referem-se, preferencialmente, às narrativas em prosa, sobretudo aos romances de época ou históricos, mas o que dizer da poesia como fonte da História? Linguagem repleta de recursos imaginativos, de caráter afetivo, conotativo e metafórico, com a intensa valorização da palavra e de suas combinações, a poesia certamente está longe de estabelecer um vínculo imediato entre texto e contexto. Cassiano Ricardo (1966, p. 15), quando destacou a relevância da palavra na poesia disse que “toda a arte fala; mas a poesia é a única que fala a linguagem das palavras”, o que remete para uma certa impermeabilidade sociológica da linguagem poética, fechada sobre si mesma e sua significação.

É necessário reconhecer que nenhum outro gênero tem maior dependência da linguagem poética que o lírico, mesmo quando um Gonçalves

Dias trata da sociedade indígena ou um Pablo Neruda trata da guerra civil espanhola, o mundo objetivo fica impregnado da subjetividade do escritor, não como um desabafo emocional, mas como um esforço de articulação verbal que busca um alto grau de concentração semântica, ritmo, musicalidade, fuga do lugar comum e os efeitos emotivos das imagens.

Afastando-se dessa impermeabilidade da poesia em relação ao mundo objetivo, Nuno Júdice (1999) destaca que a linguagem poética não é apenas portadora autônoma de sentido, mas abre-se à subjetivação do sujeito, quando estabelece, por meio da relação ambígua com a realidade, o vínculo de identificação entre escritor-texto-leitor. A poesia se apresenta como instrumento de superação relativa da incapacidade das palavras cotidianas referenciarem totalmente as coisas do mundo, supera a afasia da linguagem comum, percorre o terreno do indizível e concede aos sujeitos realizados quer como autor, como objeto representado ou, ainda, como leitor, uma identidade compartilhada que está sempre ameaçada pelo dinamismo do processo histórico.

Esse vínculo estabelecido entre autor, seu contexto histórico e as experiências vividas por ele e seus contemporâneos está presente de forma notável nas poesias de Bisio e Simões que serão analisadas a seguir, mostrando que o lirismo poético não precisa, necessariamente, estar divorciado da objetividade das relações sociais, mas pode transcendê-las ao favorecer múltiplas identificações dos sujeitos com o mundo e destacar as diversas adequações que o processo histórico impõe às identidades coletivas. Sobre isso, Franklin Silva (1992, p. 142) destaca que, por meio da Literatura,

compreendemos que o insuspeitado e o inusitado trazem algo de verdadeiro que, uma vez mostrado, não podemos deixar de ver, com o que não podemos deixar de concordar, por ser a verdade da realidade [...]. O que moveu o autor a escrever é aquilo que agora nos move, não porque sejamos capazes de repetir o que ele fez, mas simplesmente porque o que ele mostrou, por ser real e verdadeiro, incorporou-se àquilo que de mais profundo sabemos sobre as coisas e sobre nós.

Admite-se que todo enunciado carrega marcas de seu enunciador, em que o próprio sujeito se deixa falar por sua palavra. O narrador compartilha do sofrimento de seus personagens, mas ultrapassa a dicotomia estabelecida entre a sua pessoa e a sociedade, por meio da obra de arte, cujas formas (estilo, técnica, composição, etc.) tornam-se instrumentos líricos pelos quais são revelados e denunciados os objetos sociais que o afetaram enquanto sujeito desejante e pensante.

Portanto, se procurarmos emprestar um sentido superior à nossa narrativa dos acontecimentos passados, teremos que nos curvar diante da evidência de que os fatos não falam por si, mas são contados a partir de uma ótica historicamente constituída e estrategicamente formulada. Também

os escritores da ficção criam mundos animados de sentido, que ora nasce do ambiente histórico onde foi produzida a obra, ora veicula e legitima os valores próprios daquela realidade. Nesse sentido, admite-se que História e Literatura podem apresentar reflexões sobre a sociedade fronteiriça, utilizando-se de recursos diferentes mas não totalmente separados uns dos outros.

A poesia de Bisio e Simões

Agustín Ramon Bisio nasceu na 9ª Seção de Rivera, Uruguai, em 1º de fevereiro de 1894 e faleceu em 23 de julho de 1952. Já em 1910, quando era aluno do Instituto Aramburú, recebeu o diploma de *mérito literário* pela composição *Dias de glória* que foi impressa em folhetos e distribuída em todo o país e amplamente publicada em jornais como *La Razón*, *La Democracia* e *El Día*. Depois de ter cursado parcialmente a faculdade de Agronomia em Montevideú, retornou a Rivera onde trabalhou em diversas funções públicas, destacando-se pelo entusiasmo com que defendia a cultura local a tal ponto que, não conseguindo apoio governamental, acabou criando um museu em sua própria casa. Não se dedicou apenas à poesia. Como escultor em madeira, fez numerosas obras, entre as quais encontra-se a de *Mãe Bem-vinda*, retratando uma benzedeira local que marcou profundamente a sensibilidade do poeta e foi objeto de uma bela poesia que será analisada posteriormente.

Em 1947, publicou a sua grande obra poética: *Brindis agreste*, que obteve do *Ministerio de Instrucción Primaria* o prêmio *Remuneración Literaria*. Bisio teve um destacado papel em sua comunidade, como formador de opinião – foi jornalista dos periódicos *La Democracia*, *El Día* e *La Razón* – e agente político local ao ser conduzido à condição de integrante do Conselho Departamental em três ocasiões: 1928, de 1932 a 1933 e em 1935 como presidente.

Representava, assim, tanto intelectual quanto politicamente a comunidade fronteiriça, razão pela qual sua obra está intimamente relacionada com a identidade alimentada pela população da fronteira com o Brasil. Esse reconhecimento já existia por ocasião do lançamento das suas poesias, como se percebe nas palavras de Alberto Zum Felde, encontradas na revista *Frontera*, de 1936:

He de destacar a Bisio [...] en quien se ofrece el caso original de un intelectual cultivado y un alma de primitivo. Como poeta no sería exagerado decir que es el criador de un género de poesía que será preciso hacer conocer y difundir: la poesía fronteriza. Fronterizos los temas, las descripciones, los sentimientos y, sobre todo, ese lenguaje fronterizo, esa mezcla de gauchesco y portugués. Y que cosa sentida y tocante cuando el tema tiende a lo emotivo, a lo triste, y qué maravilla de gracia pintoresca cuando va a lo descriptivo y humorístico.

Pelo exposto, pode-se afirmar que o significado social da obra de Bisio está vinculado com o seu caráter regional, como uma espécie de afirmação cultural de uma identidade fronteiriça que ganha o reconhecimento dos seus conterrâneos na medida em que afirma, denuncia e proclama a singularidade social da comunidade tomada como objeto e destino da poesia.

Bisio incorporou aos seus versos as deformações das palavras e as expressões resultantes da mistura do Espanhol e do Português, expressando-se numa língua única, só encontrada na fronteira Brasil-Uruguai. Seus versos descreviam usos, costumes, tipos e coisas da fronteira uruguaio-brasileira, como os burros chorões carregados com bolsas de pasto e lenha, o pasteleiro, o gameleiro, o carreteiro, o velho tropeiro, a curandeira *Mãe Bem-vinda* e as lavadeiras do rio Ciñapirú. Entretanto, Bisio não foi o único poeta que procurou representar o universo fronteiriço e seus personagens: ao lado dele estava o seu compadre Olyntho Maria Simões, que produziu uma poesia com a mesma qualidade de Bisio e certamente mais extensa.

Olyntho Maria Simões nasceu em 5 de junho de 1901, na cidade de Rivera e faleceu em 9 de outubro de 1966. Desde jovem trabalhou na imprensa, inicialmente como tipógrafo e, mais tarde, como jornalista em nível local e nacional, fundando os jornais locais *El Lechuza* e *La Cachiporra*. Esteve presente na maioria das atividades culturais de sua cidade: desempenhou destacado papel na fundação e no funcionamento do primeiro Ateneu de Rivera (1936), trabalhou por 13 anos no Liceu n. 1 da sua cidade e desenvolveu intensa campanha para que ali se fundasse o Instituto Normal que é o atual *Instituto de Formación Docente*, de Rivera.

Em 1930, seu *Canto a la ciudad de Rivera* ganhou o concurso literário promovido pelo *Consejo Departamental de Administración* – governo municipal da época – e foi declarado hino da cidade. Em 1939, foi homenageado pela comunidade de Rivera, ao receber uma placa de bronze, obra do escultor Juan José Severino, onde se lia *El pueblo de Rivera, al autor del Canto a la ciudad*. Como promotor da arte local, esteve à frente da fundação da *Escuela Taller de Artes Plásticas* (ETAP), permanecendo na direção dessa instituição até o seu falecimento, em 1966.

Em 1950, ocorreu a primeira edição do seu livro *La sombra de los plátanos*, cujo título faz referência às árvores que ornamentavam as ruas de Rivera, ocorrendo uma segunda edição no ano de 1963. Em 1976, ao completar dez anos de sua morte, um compêndio de poesias inéditas foi publicado com o título de *Hojas sueltas*, apresentado pelo escritor Bernardo Ferreira Ávila. Seus versos ainda hoje são atualizados em letras de músicas nativas de diversos compositores uruguaios, servindo para testemunhar que a obra de Simões ainda está viva na memória dos seus

conterrâneos que ergueram, em 1991, um busto de bronze em sua homenagem, no cerro do Marco, com a presença de escolares e autoridades locais.

Os dois poetas uruguaios dedicaram-se, sobretudo, aos personagens populares que transitaram pela fronteira Brasil-Uruguai e reservaram um espaço generoso em suas poesias para as práticas sociais de lazer e religiosidade. Exemplo disso é a freqüente referência que Bisio e Simões fazem às *benzedeiras* afro-brasileiras, as quais, com suas preces e rituais, afastavam os *quebrantos* e as doenças dos enfermos, tal como se constata nesse fragmento da poesia de Simões:

Y la negra Maria das Dores / enseñome a ‘benzer’ el ‘quebranto’ /
y a cortar com el filo del hacha / los vientos más bravos... / Yo sé
cantar ‘terços’ / Y lo mismo pasar contrabando (Simões, 1996,
p. 20).

Da mesma forma que Simões, Agustín R. Bisio retratou com grande sensibilidade a vida dessas pessoas de cor, oriundas do Brasil, com suas práticas religiosas, seus hábitos alimentares e o seu trabalho diário nas famílias uruguaias, especialmente no poema *Mãe Bem-vinda*, cujos estratos iremos analisar a seguir.

Mãe Bem-vinda esta siempre en movimiento/ desde que sale el
Sol, hasta su puesta, / y hasta en la bochornosa hora de la siesta / no
cesa ni un momento. [...] / El fuerte traqueteo de sus ‘tamancas’ /
despierta muy temprano a los patrones / a quienes lleva y tras los
cimarrones, / el tibio apoyo el las jarritas blancas. [...] / Es perita en
las arte de cocina / siendo maestra en platos especiales / cñéndose
prolijos delantales / cuando hay trajín de harina / Sabe estallar
“pipoca” almibarada / y también hojaldrar ricos pasteles / en las
tortas cosecha sus laureles / u en los clásicos bolos de “cuajada”. [...] /
Toda fué así su vida! / pero es negra perdida, / si no echa un trago
y si no fuma en chala.

Esse poema fala do cotidiano de uma mulher simples que viveu na cidade de Rivera, presumidamente até 1930 – quando Bisio fez uma estátua em sua homenagem – de origem afro-brasileira e que se dedicava aos serviços domésticos, na casa de seus patrões. A poesia descreve o tipo físico, o vestuário, os pratos originais preparados por ela, os pequenos vícios e vaidades que lhe alegravam a vida e as grandes habilidades em curar com ervas e rituais. Em nenhum momento o poeta fala como seria a sua casa e sua própria família (teria alguma?). A vida de *Mãe Bem-vinda* era servir, o seu dia era longo e intenso, mas o poeta oculta a relação capital-trabalho, não revelando como ocorria o assalariamento e reconstrói o cotidiano de

um indivíduo pertencente aos setores subalternos da sociedade por meio da apologia às tarefas conduzidas com o desprendimento e a alegria daqueles que seriam verdadeiramente livres.

A sua vitalidade e disposição em tudo fazer, arrumar e enfeitar fazia parecer que o mundo dos seus patrões era também o seu mundo, que a hierarquia entre as diferentes classes sociais fora momentaneamente amenizada: a autenticidade, a originalidade, o talento e a habilidade relativizam o estigma da cor, a condição de serviçal e o vínculo nacional, garantindo a existência de uma pessoa única, com toda a individualidade e autonomia inerentes ao ser humano.

A idéia da exploração da mão-de-obra é deslocada para o lado brasileiro-escravista da fronteira, criando uma dualidade entre o Uruguai livre onde *Mãe Bem-vinda* encontrou a liberdade e o país vizinho, herdeiro de uma vergonhosa tradição espoliativa. Esse contraste ameniza a situação serviçal da personagem, colocando-a em uma situação de vantagem em relação aos que permaneceram no Brasil. Para obter esse efeito, o poeta identifica a origem da sua personagem, no processo de migração dos negros do Brasil para o Uruguai, em um tempo remoto, quando ainda haviam sesmarias, títulos nobiliárquicos, escravidão e o Império brasileiro, como se percebe no seguinte fragmento:

Ella mismo no sabe de su origen / dice, pero hay dudas, que nació en la estancia / de un “Seu Barón”, en tiempos del imperio, / Señor cuya nobleza consistía, / como en la mayoría de sus iguales / en explotar esclavos y animales / en sus leguas sin fin de “sismaria”.

Considerando a veracidade do relato da personagem, sua passagem do Brasil para o Uruguai ocorreu em um momento onde os limites territoriais entre os dois países ainda era frágil e recente, sujeito a toda sorte de transgressões, permitindo uma permeabilidade e uma coexistência cotidiana que extrapolavam a rigidez dos tratados internacionais, sobretudo em se tratando de uma fronteira seca como é a do Brasil com o Uruguai. Mãe Bem-vinda remontaria ao tempo em que as identidades nacionais pouco significavam, além da possibilidade de ser ou não uma pessoa livre dos grilhões do escravismo, bem como das possibilidades de obter um abrigo relativamente seguro do outro lado da linha divisória, durante as correrias revolucionárias que freqüentemente intranqüilizavam aquela região.

Sobre a origem remota desses descendentes de escravos no Uruguai, Helga Piccolo (1990) destaca os cinco tratados de 12 de outubro de 1851, estabelecidos entre a República Oriental do Uruguai e o Império do Brasil. O 4º deles, o de extradição, em seu art. 6º, estabelece as regras da devolução de escravos fugitivos, pertencentes a súditos brasileiros. Em 1852, foi

questionada a validade do tratado, por contrariar a Constituição uruguaia que não previa a escravidão. Depois de muito impasse, foi assinado o tratado de 15 de maio de 1852, admitindo a devolução de escravos aos proprietários brasileiros desde que não fossem introduzidos na condição de peão em território uruguaio. As diferentes leituras que as autoridades brasileiras e uruguaias faziam desse tratado deram margem a inúmeros incidentes e arbitrariedades envolvendo escravistas sul-rio-grandenses e negros libertos no Uruguai, os quais acabaram por se estabelecer nos departamentos mais ao Norte, introduzindo ali suas crenças e práticas religiosas que contribuíram para reforçar um certo ecumenismo distante do dogmatismo católico.

Embora a primeira Constituição uruguaia adotasse em seu capítulo III, art. 5º, o Catolicismo como religião oficial do Estado, ocorreram conflitos entre o clero e a esfera civil desde os primeiros anos da República. O presidente Bernardo P. Berro (1860-1864) foi quem deu os primeiros passos em direção ao movimento progressivo de laicização do Estado, que culminou, mais tarde, com a lei do matrimônio civil e a jurisdição estatal dos cemitérios em 1885, e a proibição do batismo sem a prévia inscrição no Registro Civil Nacional, em 1886. Importante é lembrar que nesse período o Positivismo balizava o pensamento de importantes figuras públicas, como José Pedro Varela, idealizador da reforma educacional de 1877, favorecendo o distanciamento da Igreja do aparato estatal. Em região ao Norte do rio Negro, igualmente, o anticatolicismo tinha representantes bastante combativos: Em 1876, quando o Monsenhor Jacinto Vera, acompanhado de outros três religiosos, visitou pela primeira vez o povoado de Rivera, foi recebido com insultos e teve de sair às pressas para o outro lado da linha divisória, sob pena de serem agredidos. No ano seguinte, o Presbítero Fuentemayor foi insultado e atacado com pedras por seus vizinhos (Leon, 1997, p. 706).

Na região de fronteira com o Brasil, outros fatores favoreciam as práticas religiosas *profanas* e o anticatolicismo. A escassa presença de padres e igrejas dificultava a assistência religiosa e, até 1886, essa ausência causava grandes transtornos para aqueles que tinham de batizar-se com padres brasileiros, recebendo documentos que passavam o cidadão uruguaio para a soberania do Império. Não se está afirmando que os habitantes do Norte uruguaio eram infensos ao Cristianismo, mas que na região de fronteira com o Brasil ocorreu um interessante hibridismo religioso entre a fé católica – com seus santos, rezas e cantilenas – e as práticas de fundamentação mágica, trazidas pelos representantes das etnias africanas.

Singular do liberalismo uruguaio é a existência dos *livre pensadores* e dos agnósticos, revelada pelo Censo de 1895 (Tabela 1), no Departamento de Rivera: 28,26% da população de nacionalidade uruguaia, contra 19,81% entre os originários do Brasil. Além disso, os brasileiros perfaziam um total de 79,89% de católicos, contra os 71,46% dos católicos orientais.

Tabela 1 – População segundo a religião

Nacionalidade	católicos	protestantes	livre pensadores	não declararam	total
Orientais	1.811	7	24	692	2.534
Brasileiros	2.066	5	14	501	2.586

Fonte: Censo de 1895 (Pintos, 1990, p. 51).

O mesmo censo mostra a identificação dos habitantes de Rivera segundo a sua cor (Tabela 2), revelando a predominância de morenos e mulatos entre os de nacionalidade brasileira: 70,23% contra 29,77% entre os orientais. O número significativo de mestiços – sobretudo entre os uruguaiois – mostra a presença de traços ameríndios ou o resultado de uma miscigenação cujo resultado não é desprezível. Ainda que se verifique a forte ascendência da Igreja Católica como opção religiosa entre os habitantes de Rivera, quando se cruzam esses dados com a poesia de Bisio e Simões, percebe-se que havia uma porção relevante da sociedade riverense identificada pela nacionalidade, pela religiosidade e pela raça e que tal segmento social estava inserido culturalmente naquela comunidade por meio de crenças, práticas e costumes que reforçavam essa identificação.

Tabela 2 – População segundo a cor

Nacionalidade	brancos	mestiços	morenos	mulatos	total
Orientais	1.726	438	166	204	2.534
Brasileiros	1.482	331	405	468	2.586

Fonte: Censo de 1895 (Pintos, 1990, p. 50).

Não se dispõe de um quadro estatístico semelhante a esse, que mostre os anos entre 1900 e 1940, mas, por dedução, tomando-se como ponto de partida os dados do Censo de 1895, é possível afirmar que continuou sendo significativa a quantidade de negros e mulatos de origem brasileira em Rivera – mais do que o número dos morenos e mulatos orientais – ainda que as inclinações religiosas e os critérios de nacionalidade possam

ter mudado drasticamente até 1940. Sabemos que a quantidade de estrangeiros em relação aos uruguaios tornou-se menor entre os anos de 1900 e 1908, de 25,29% para 20,78%, mas nada sabemos sobre as alterações étnicas e religiosas sofridas ao longo da primeira metade do século XX. Contudo, o panorama delineado por Olyntho M. Simões e Agustín R. Bisio encontra nesses dados estatísticos uma origem remota que nos permite entender melhor a influência das populações negra e mestiça, oriundas do Brasil, na configuração cultural da região ao Norte do território uruguaio.

Como foi visto, parte desses hábitos e costumes é retratada na poesia *Mãe Bem-vinda* e eram representativos de uma cultura que desconhecia as nacionalidades, ou de outra maneira, estava além de qualquer sentimento patriótico ou cívico relacionado a esse ou àquele país. Era a manifestação de uma cultura regional, construída ao longo de um processo histórico de aproximações e ajustamentos entre diferentes etnias, hábitos, crenças e costumes. A fala misturada de Espanhol e Português, os hábitos alimentares afro-brasileiros presentes na culinária local e, muito especialmente as práticas religiosas conduzidas pelas benzedeiças, eram manifestações que afloravam à superfície daquela sociedade, revelando os efeitos da migração dos negros das terras brasileiras para o território oriental e da contribuição cultural oferecida por essa população, tal como destaca Bisio:

La solicitan siempre en los contornos, / para que actúe de “Capelão de terço”, / pues nadie como ella entona el verso / ni al ‘divino’ le presta sus adornos [...] Es ducha en artes de curar mil males / pues, no resiste el mal sus “benceduras” / Y / si le fallan los yuyos en las curas / o los unguentos hechos com rituales.

Palavras como “tamancas”, “pipoca”, “sismaria”, “seu barão”, “capelão de terço”, “divino” e “benceduras” são propositadamente colocadas na poesia exatamente como eram pronunciadas pelas classes populares, criando uma aproximação entre a linguagem cotidiana e a poética. Essa aproximação provoca uma identificação entre o que é vivido e o que é percebido na realidade imediata e o que é trabalhado na poesia, fornecendo um contorno identitário entre os leitores que percebem parte do seu mundo e do seu “eu”, no que foi transportado para o texto poético. Além disso, a linguagem fluida, quase coloquial e a despreocupação com a métrica tornam o poema uma espécie de relato oral da memória coletiva construída e cultivada pela comunidade fronteiriça, memória patrimonial que é plasmada pela palavra escrita no momento da construção poética.

Sabe-se que a origem da poesia está fortemente ligada à oralidade, tendo-se os primeiros registros no século VII antes de Cristo, na Grécia, quando artistas cantavam seus versos acompanhados por instrumentos como

a lira. As poesias de Bisio e Simões possuem essa proto-oralidade, como se os poetas voltassem para o momento original da poesia, quando foi sedimentada pela palavra escrita, sem perder totalmente a oralidade que a acompanhou até aquele momento, dando-lhe não apenas o conteúdo da tradição, mas traços da sua forma e sonoridade popular.

Olyntho María Simões (1996, p. 53-54) faz mais que lembrar a existência de uma cultura que perpassa o seu cotidiano e o de seus leitores, ele traz para o texto escrito o que até então só existia na mente de alguns guardiões da memória coletiva – as mulheres *capelão de terços* – ao descrever uma cena da religiosidade popular:

Alrededor de una tumba, / en el Cementerio Viejo / diez personas
de color / con unción cantan un “terço” / [...] / Actúa de Capelona
/ doña Lorenza Remedios / que goza de justa fama / por el cabal
desempeño / con que ejerce sus funciones / como tal, en nuestro
medio / [...] Abríuse o sepulcro / saíu o Senhor fora, / receber esta
alma / que vai para a glória / As contas de meu rosário / são balas de
artilharia / para combater os infernos / rezando os Ave Maria / La
vein a Nossa Senhora / decendo u monte carvaio / levando Nosso
Senhor / insugando cun a tuaia / Meu anjo da guardia / Bem
Aventurado / que sempre convosco / me tenhas pegado / cuando
eu for chamado / por Nosso Senhor, / livrai-me meu anjo / de todo
o pavor / si un pavor levar / muito he de sentir / me ajuda, meu
anjo / aos céus subir.

A passagem da tradição oral para o testemunho escrito, realizada pela poesia de Simões, ao relatar práticas religiosas populares, não acarreta o que Michel Pollack (1989) denominou de “enquadramento da memória” por uma história oficial com base nos grandes feitos e personagens nacionais, mas desperta do sono uma memória silenciosa e encoberta pelo manto espesso do tempo. Trata-se de uma memória subterrânea porque não estava inserida na cultura erudita e porque foi combatida pelas autoridades públicas como pernicioso ao esforço de civilidade e urbanidade desenvolvido pelo governo uruguaio.

Essa oposição ocorreu em virtude de algumas pessoas preferirem as benzedeadas afro-brasileiras ao invés de submeterem-se às campanhas de vacinação promovidas pelas autoridades sanitárias de Rivera. O atraso do Brasil em relação ao Uruguai, no que diz respeito às medidas profiláticas da saúde pública, fez com que surgissem freqüentes tensões na linha divisória entre Santana do Livramento e Rivera, tal como ocorreu no final da década de 90 (do ano de 1800), quando Antônio de la Puente, responsável pela

Comissão de Salubridade de Rivera, sugeriu que dois regimentos de cavalaria impedissem o ingresso de santanenses portadores da varíola, tifo ou cólera, que infestavam a cidade vizinha (Leon, 1997, p. 1.081-1.082).

O esforço de tornar a linha divisória em uma espécie de cordão sanitário voltou a ocorrer em 1931, quando a cidade de Santana do Livramento foi afetada por uma epidemia de varíola. Nessa ocasião, tornou-se explícito o pensamento das autoridades riverenses sobre a penetração cultural *brasileira*, tida como um obstáculo ao avanço civilizatório da Medicina, uma vez que incentivava a substituição das medidas profiláticas por rezas, feitiços e benzedeiras, tal como se percebe neste relato encontrado no jornal *Tradición Colorada*, de Rivera, envolvendo autoridades riverenses responsáveis pelo combate à epidemia de varíola de 1931 e uma família de negros de origem brasileira.

Em setembro desse ano, o Dr. Aguirre, da Comissão Sanitária de Rivera, soube que uma família de pessoas de cor, residentes entre as ruas Dr. Anolés e Rodó, tinham em seu convívio uma mulher com varíola. O médico dirigiu-se imediatamente até o endereço fornecido pelo informante e lá chegando não encontrou ninguém com os sintomas da doença. No dia seguinte, o informante disse ao médico que ele foi enganado e que a enferma iria fugir para a campanha naquela madrugada. Acompanhado de alguns policiais, o Dr. Aguirre voltou à casa dos suspeitos e, mesmo ante os protestos dos moradores, examinou todos os cômodos até encontrar um deles fechado. Enquanto se dirigia para lá, a família dizia, em bom português: “Não, Doutor, não! Ali não tem ninguém!” “O médico arrombou a porta com um pontapé e lá dentro encontrou uma mulher deitada sobre um catre, acompanhada de várias crianças. Ela dizia não ter nada, apenas uma dor de cabeça e, efetivamente, não apresentava qualquer sintoma da doença. Mas a estranha disposição dos moradores em ocultar o quarto, fez com que médico examinasse o que havia debaixo do catre e lá encontrasse uma senhora negra, muito magra, tomada de varíola. A mulher foi tratada, e os demais moradores foram presos, vacinados e liberados.

O jornal encerra a reportagem com as seguintes palavras:

Quanto hay que hacer todavía por estas latitudes para sustraer al pueblo de esa ignorancia criminal en que vive. Estamos seguros que ese terror al médico, a las autoridades, al hospital, posiblemente a la vacuna, es obra de esa infiltración paciente, larga, remota de los curanderos y los brujos que obran sugestivamente sobre esa gente ignorante y conduciéndola a extremos de terror (*Tradición Colorada*, n. 168, out. 1931).

A preocupação dos dirigentes uruguaios com a forte presença de brasileiros na fronteira Norte do país não era fato recente. A criação de cidades como Rivera, próximas aos núcleos populacionais brasileiros estabelecidos ao longo da faixa fronteiriça, foi uma medida estratégica do governo uruaio diante da crescente penetração cultural e econômica brasileira em território oriental (Navarro, 1981). Os reflexos dessa política de nacionalização e de fortalecimento das esferas governamentais já podiam ser observados na primeira década do século XX, quando a população dos departamentos fronteiriços aumentou em média 25%, e a presença de estrangeiros diminuiu de um terço para um quarto do total de habitantes (Abella, 1984, p. 188).

A crescente presença do Estado foi favorecida pela pacificação do Norte uruaio realizada por José Batlle y Ordoñez (1903-1904), que neutralizou o domínio nacionalista e os movimentos sediciosos. Desde então, adotou-se uma estratégia que associava a modernização do Estado, assistencialismo público aos setores populares, expansão do ensino básico e reforma política. Além disso, incentivou transformações sociais modernizadoras, por meio da adoção do divórcio, da abolição da pena de morte e da aplicação de um imposto progressivo sobre a herança. Com habilidade, Batlle tornou o Dr. Claudio Williman González seu sucessor, o qual, no período de 1907 a 1911, deu um grande impulso às reformas centralizadoras.

Atendendo ao projeto de crescente centralização política e fortalecimento do Estado nacional, criaram-se as Intendências Municipais como uma forma de combater a autonomia local dos chefes políticos; centralizou-se a justiça por meio da *Alta Corte de Justicia de la República*; o sistema educacional foi ampliado com novas escolas e com um corpo docente rigidamente controlado e treinado; a saúde pública foi centralizada no *Consejo Nacional de Higiene*, responsável também pelo amparo aos indigentes, velhos, grávidas, crianças e miseráveis – anteriormente assistidos pela Igreja, por meio das *Comisiones Departamentales de la Cruz Hoja* (Vanger, 1991).

Percebe-se que Bisio e Simões trouxeram nos textos de suas poesias uma memória popular que estava encoberta por um *esquecimento* proposital, incentivado pelo aparato técnico e burocrático do Estado, o qual tomava a presença das benzedeiras afro-brasileiras como uma infiltração cultural nociva aos esforços de controle sobre os corpos e mentes dos segmentos sociais mais subalternos. Entretanto, as obras poéticas de Bisio e Simões não se limitaram a proclamar uma diferença cultural da região Norte do Uruguai apenas pela religiosidade popular. O estigma de contrabandista e de protonacional é denunciado ao mesmo tempo que é reivindicado como marca de alteridade com o mundo culto e próspero de Montevidéu, como veremos a seguir.

O homem fronteiro na poesia de Bisio e Simões

Como já foi dito anteriormente, o emprego de uma linguagem que mistura traços da língua Castelhana e Portuguesa pelos dois autores reforça a identificação da população da fronteira, tornando-os sujeitos não inseridos completamente na identidade nacional uruguaia e, conseqüentemente, não totalmente assimilados pela nação uruguaia. Olyntho M. Simões (1996, p. 58-59) inverte essa estigmatização de uma maneira bastante divertida no poema *Bobiando*, conforme reproduzido abaixo:

El hijo relata al padre / mientras toman el “amargo” / la ‘conversa’ que tuvo / con un pariente lejano / que vive en Montevideo [...] El tal pariente ese / me dijo, dice el muchacho, / que es Rivera un mundo aparte / y que más bien que uruguayos / parecemos brasileiros / por el habla que empleamos, / y que en vez de trabajar / vivimos del contrabando; / que no respetamos leyes / y que nos llevan “arriados” / a votar, que no tenemos / conciencia de ciudadanos / y de la función del voto / en un país democrático, / y tantas “lorotas” más / que ya me estaban inflando [...] / – Y usted, m’hijo, qué le dijo? / (pregunta el viejo a su vástago con viva curiosidad) / – Le dije: TA TE BOBIANDO!

“Ta te bobiano” é uma expressão bastante popular no Sul do Brasil e quer dizer “você está sendo impertinente, fazendo-se de tolo” e, ironicamente, essa foi a resposta do rapaz ao parente que o acusava de ser mais brasileiro do que uruguaio. Toda a carga de preconceitos que estigmatiza os habitantes do espaço fronteiro uruguaio é abordada nesse poema. Para o mundo civilizado, culto, democrático e progressista de Montevideú, capital e metrópole nacional, Rivera seria uma região onde o patriotismo, o respeito às leis e o sentimento democrático não teriam vez. É visível o jogo de palavras utilizado pelo autor para questionar a identificação regional, quer pelo desfecho dado ao poema, quer pela utilização de termos coloquiais e próprios do dialeto português no Uruguai como “amargo”, “conversa”, “arriados”, “lorotas” e “usté”, como forma de denunciar a intenção autoritária de classificar o espaço regional a partir de uma representação estereotipadora.

Entretanto, o poema, ao reconhecer que Rivera é um mundo a parte, reivindica o estigma como uma marca de distinção local, diante do nacional. A resposta do rapaz, com uma expressão só entendida pelos habitantes fronteiriços, encerra o poema com uma espécie de *manifesto* de auto-afirmação da identidade local. Sobre essa estratégia de afirmação de uma identidade regional, Bourdieu (1989, p. 118) destaca que a manifestação é um

ato tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e para ele próprio, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido, que aspira à institucionalização.

O mesmo autor, em outra obra, ao analisar a competição pelo uso dos recursos de expressão legítimos, destaca que “a expropriação objetiva das classes dominadas guarda uma relação com a existência de um corpo de profissionais objetivamente investidos do monopólio do uso legítimo da língua legítima” (Bourdieu, 1996, p. 47). O uso distinto ou vulgar, nobre ou relaxado da língua oficial serve como referência de pertencimento integral do indivíduo à comunidade nacional, sua inserção social nos extratos de classe e demonstra o nível de participação que tem nas relações de força estabelecidas na sociedade, servindo, no exemplo que se está trabalhando, como uma forma de diferenciar os habitantes de Montevidéu e os da fronteira Norte do Uruguai.

A identificação do homem fronteiro como um sujeito social que está nas *bordas* do território e dos limites identitários da nacionalidade tem sua origem no processo de colonização do Uruguai, na segunda metade do século XIX. Poucos anos depois da independência política do Uruguai, em 1828, quando ainda não estavam definidos os limites entre o Brasil e aquele país, o deputado pela província de São Paulo, Silva Ferraz, informava ao Parlamento brasileiro que

vejo, senhores Representantes, que tens uma idéia muito equivocada do poder e dos recursos do Império [...]. Ao passar para o outro lado do rio Jaguarão, senhores, o traje, o idioma, os costumes, a moeda, os pesos, as medidas, tudo, tudo, senhores, até a outra banda do rio Negro [...] até a terra: tudo é brasileiro (Pintos, 1991, p. 112).

A reação de Montevidéu ocorreu entre 1853 e 1862, com a criação de vilas em frente às brasileiras já existentes, a exemplo de Ceballos, núcleo originário de Rivera. Paralelamente a isso, empreendeu-se um grande esforço educacional visando difundir uma cultura nacional nas regiões de fronteira ao norte do rio Negro. Os resultados iniciais não foram satisfatórios, como revela Valentin Astor, em 1878, no relatório enviado a *Dirección General de Instrucción Pública*, dirigida por José Pedro Varela: “La mayoría de los que en la campaña del Departamento (de Tacuarembó) aspiram a que sus hijos se eduquen, prefieren un maestro particular que en cambio hable perfectamente el portugués” (Pintos, 1991, p. 113).

O próprio José Pedro Varela afirma que

la República Oriental tiene una grande amenaza y un gran peligro para el porvenir, en lo difundido que se hablaba el idioma brasileiro en los Departamentos que son limítrofes de Imperio. No es sólo que en esa importante zona de la República una gran parte del suelo sea propiedad de ciudadanos brasileiros; no es sólo que éstos se encuentren allí en gran número, es que pela natural influencia que ejercen en su riqueza y por el amor que profesan naturalmente al idioma nativo, los hijos de brasileiros que nacen en la República sólo hablan el idioma de sus padres, y comparten com ellos las ideas, las aspiraciones y los sentimientos (Pintos, 1991, p. 114).

Com o crescimento da cidade de Rivera e o maior intercâmbio com a vizinha cidade de Santana do Livramento, outros fatores, além da estrutura fundiária, interferiram na difusão do Português em território oriental e do Espanhol em território brasileiro (com menor intensidade). A migração de trabalhadores teve importante papel, bem como as emissoras de rádio, que, a partir dos anos 30, difundiram significativamente não apenas o idioma Português na porção Norte do Uruguai, mas também hábitos e costumes próprios da região mais ao Sul do Brasil. A televisão, a partir dos anos 70, só fez essa influência aumentar. Um novo surto de proprietários brasileiros em território uruguaio, nos anos 80, também contribuiu para a maior difusão do Português.

Quando os governos nacionais voltam-se para o problema do purismo da língua e combatem as “deformações” da fala de uma determinada comunidade, buscam assegurar o claro delineamento do grupo social que constitui a nação. No espaço fronteiriço Rivera/Livramento, onde as diferentes nacionalidades encontram-se muito próximas, cumpre ir além do limite territorial definido por uma linha divisória: torna-se necessário delimitar o pertencimento dos povos a esta ou aquela nação. De todos os fatores objetivos para a caracterização de uma nação, sem dúvida, a língua é o mais evidente.

Contudo, tal caracterização nada tem de natural ou de espontâneo, é antes uma idéia só aceita incondicionalmente por aqueles que buscam sedimentar o conceito de nacionalidade, conforme destaca Hobsbawn (1990, p. 73-74):

Exceto para os dominantes e para os instruídos, a língua dificilmente poderia ser um critério para a existência de uma nação [...]. Isso não significa negar que as línguas, ou mesmo famílias lingüísticas, não sejam parte da realidade popular. Contudo, sempre foi evidente para todo o mundo que língua e povo, qualquer forma com que forem definidos, não coincidem.

Percebe-se que a defesa da língua pura e o combate ao falar “regional” antes de perseguir uma identidade cultural de caráter nacional, presta-se mais ao esforço de inculcação de uma ideologia onde se busca a adesão das massas em torno de uma mesma identidade e, conseqüentemente, de um mesmo governo. Segundo as palavras de Bourdieu (1989, p. 113), a adoção de critérios como a língua, dialeto ou sotaque para identificar a origem das pessoas,

são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por esse meio, de fazer e de desfazer grupos.

Bisio e Simões, além de destacarem, em suas poesias, os aspectos sociolinguísticos, também apontam o contrabando e a jogatina como fatores de identificação da população fronteiriça uruguaia. No poema *Una carta*, Olyntho M. Simões cria um personagem que rejeita os argumentos que a namorada utilizou para terminar o namoro, mostrando que não é *borracho* (bêbado), contrabandista, farrista, mulherengo ou *calavera* (viciado no jogo). Ao criar os argumentos, o poeta joga com o estereótipo do homem fronteiriço que teria o seu tempo ocupado em atividades de moralidade duvidosa, dando-lhes novas interpretações que atualizam positivamente os estigmas:

De donde sacaste tu / que me vieron el domingo / – después que dejé tu casa – / borracho e metiendo líos? // O es que ahora uno no puede / discutir con los amigos / y tomarse una que otra / igual a cualquier vecino? // Eso que estuve preso / en Santana es chismerío / si alguna vez me llevaron / fue en calidad de testigo. / [...] / Nunca fui contrabandista. // Cuando tuve un bolichito / sólo compraba en la línea / yerba, azúcar, caña y vino. // Tampoco soy “calavera” / como dices que te han dicho. / no veo que sea jugar / hacerse un apunte al “bicho”.

O combate ao contrabando, na fronteira, é a face mais visível do Estado nacional no seu esforço de encerrar a economia dentro dos limites políticos de seu território. O poder de tributação, bem como o controle do que é produzido e comercializado, assumem um caráter vital para uma economia centralizada, voltada para a exploração do seu mercado interno e que entende as economias dos demais Estados Nacionais como rivais a serem combatidos.

A prerrogativa de realizar o comércio entre diferentes países não poderia estar à disposição de particulares que não se sujeitassem aos ditames burocráticos, aduaneiros e diplomáticos, estabelecidos por uma elite tecnocrata a serviço do Estado Nacional. Contudo, a fronteira Brasil-Uruguai, ao longo do seu processo de formação, foi palco de constantes transgressões

promovidas por homens astuciosos, movidos por interesses pessoais, criando um ambiente social característico, traduzido nas palavras de Ricci e Medrano (1990, p. 57) da seguinte forma:

Haciendo (o ambiente social característico) que el habitante de la frontera se habituase naturalmente a auto-gobernarse, a poner en práctica un orden social plástico, donde todos tendrían las mismas oportunidades, mediante soluciones locales y rápidas, llenas de individualismo, tónica marcante de su sobrevivencia.

Desde os remotos tempos do século XIX, esses habitantes da fronteira, os contrabandistas, tinham uma vida excepcional, errante e à margem da lei. Andavam constantemente armados, prontos para combater os guardas aduaneiros e os fiscais dos dois países, rompendo barreiras políticas e promovendo uma integração marginal entre os dois povos vizinhos. Ainda segundo as autoras anteriormente citadas,

el fomento del contrabando en ambas las márgenes del Plata, contribuyó la formación de una identidad de mentalidad entre riograndenses y uruguayos, además de haber establecido entre ambos pueblos una íntima vinculación y recíprocas influencias (1990, p. 58).

A fronteira Brasil-Uruguaí teve seu processo de formação bastante influenciado pelo contrabando. O traslado clandestino de animais em pé – cavalos e gado – fez da Banda Oriental a passagem obrigatória das tropas vindas de Santa Fé e Corrientes. Comprados ou roubados, os animais iam chegando nos depósitos de gado localizados em Chuy, Castillos e no forte de San Miguel (Bentancur, 1982, p. 70-71).

Mais ao sul, o comércio e o contrabando realizados pelo porto de Montevideú tinham enormes facilidades: o transporte pelas ferrovias que ligavam Itaquí-Uruguaiana-Barra do Quaray-Montevideú (1888) e Santana do Livramento-Rivera-Montevideú (1892) era rápido, barato e seguro; no porto, as mercadorias não precisavam esperar muito tempo e não pagavam nenhuma taxa de armazenagem. Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, no porto de Rio Grande, a exportação de carnes, de lã e de couros era onerada pelo transporte ferroviário, armazenagem e taxas portuárias extremamente caras (Souza, 1996, p. 130-131).

Para o lado oriental ingressavam tabaco, erva-mate, farinha, café, arroz, açúcar e cachaça, perfazendo o equivalente a dois terços do comércio legal. O pequeno e o grande contrabandos alternavam-se com a passagem

do fumo em corda. A cachaça passava no lombo dos cavalos e nas carretas em picadas e, na fronteira Livramento-Rivera, os contrabandistas

vinham a cavalo pela manhã, com seis tarros de leite de dez litros cada um, e os traziam de volta, alguns cheios de cachaça, outros de açúcar e erva-mate. Quando viam os guardas aduaneiros, seguiam pela linha sem atravessá-la, até que estes se distanciassem e só então a atravessavam (Souza, 1996, p. 133).

Os argumentos contrários de Olyntho Simões ao estigma de contrabandista remetem para o contrabando à varejo, trazido e levado pelos *quileros* ou *chiberos*, que eram pessoas humildes que atravessavam a linha divisória contrabandeando gêneros básicos do consumo popular. O historiador local de Rivera, José S. de Leon, protesta contra a discriminação existente ainda hoje contra esse pequeno comércio indispensável à sobrevivência das populações de baixa renda, de um lado e de outro da fronteira, quando informa que

en Montevideo seis o más botellas de vermouht, diez kilos de queso, una arroba de dulces, etc., etc., pueden entrar a la luz del día procedentes de Buenos Aires o de la China, con el nombre de encomiendas de familia, perfectamente garantizados en su franquicia por los reglamentos aduaneros. Por qué hay de llamarse contrabando en la frontera terrestre la introducción efectuada por razones de necesidad de artículos de consumo como fariña, porotos, yerva, etc., proporciones admitidas o toleradas en el Sur? (Leon, 1997, p. 1.088).

Quanto aos jogos de azar e à presença abundante de casas de prostituição na fronteira Brasil-Uruguaí, deve-se reconhecer que as cidades geminadas Livramento-Rivera destacaram-se por uma vida noturna bastante ativa – e freqüentemente condenada pelos moralistas de plantão.

A cidade brasileira detinha um certo monopólio do lazer noturno, destacando-se os cinemas e os cabarés, entre eles o famoso *Caverna* que atraía clientes de todo o Rio Grande do Sul e do interior uruguaio, devido às suas lindas mulheres – algumas delas presumidamente francesas – e aos jogos de azar. Essa preponderância gerava algum desconforto entre os riverenses que se ressentiam da evasão de dinheiro uruguaio para a cidade vizinha e pleiteavam a criação de um hotel-cassino como contraponto aos atrativos noturnos de Livramento, tal como se percebe neste extrato do jornal *Tradicón Colorada*, de 20 de julho de 1938:

Seguimos sosteniendo que no se resolverá el problema del drenaje de dineros uruguayos ejercidos por Livramento desde largos años, que como se dice nos transforma en un barrio de la ciudad vecina, mientras no tengamos un Hotel-teatro-casino [...]. La causa principalísima del drenaje de dineros que soportamos, son los juegos de azar tolerados en Livramento.

Na edição de 20 de agosto do mesmo ano, o referido jornal, em defesa da implantação de um cassino, acrescenta:

A fin de dar efectividad a esa aspiración unánime de nuestra población para salir de la situación de tributarios en el progreso de Livramento, que con sus leyes proteccionistas, liberales e patrióticas, en el afán de embellecer su municipio, facilita y transige con ciertos convencionalismos, reglamentando diversiones y juegos imposibles de extirpar.

Um passo decisivo na tentativa de compensar as atividades comercial e pastoril deficitárias, com o incremento da vida noturna de Rivera, foi dado com a Lei 9.936, de 1936, que a classificou como *Cidade de Turismo*, o que implicava o apoio do governo central à combatida economia riverense e favorecia a criação do reivindicado cassino, pois a legislação uruguaia permitia a tavolagem somente nas cidades turísticas (Leon, 1997, p. 896-897). Desde então, Rivera deixaria para trás os piores efeitos da crise dos anos 30 e passaria a rivalizar com a vida noturna de Livramento.

Considerações finais

As poesias de Agustín R. Bisio e Olynto M. Simões destacam as pessoas, as práticas e as crenças locais, razão pela qual escapam do modelo lírico abstracionista e platônico, alcançando um nível de verossimilhança só observável em romances de costumes, históricos ou de época. Não se está afirmando que suas obras são carentes dos elementos da linguagem poética, mas que, para esses dois autores, o compromisso em alimentar, reproduzir e difundir uma identidade regional superou o compromisso com a compleição estética.

A ênfase nos aspectos identitários como a fala fronteira, a religiosidade popular – onde se destacam as benzedoras afro-brasileiras – a prática do contrabando como estratégia de sobrevivência e a sociabilidade no lazer noturno dos cabarés e casas de jogos são articulados de forma bem humorada e por vezes irônica, como maneira de afirmar a existência social da população fronteira, pela alteridade construída com o universo metropolitano de Montevideu.

Sabe-se que as identidades são, em boa medida, resultado do processo de alteridade construído em relação aos *outros*, criando fronteiras de identificação que se movem de acordo com os valores, crenças, relações de poder, práticas sociais e condições materiais da existência de cada contexto histórico. Essa é a razão pela qual as obras de Bisio e Simões tornaram-se mais que coletâneas de poemas: apresentam-se como lugares de memória que relembram, para cada novo leitor, a cada nova leitura, a presença viva de uma comunidade só aparentemente esquecida, só precariamente encoberta pelo esquecimento coletivo.

O esforço *de esquecimento* empreendido pelo governo uruguaio, ao tentar minimizar a penetração cultural brasileira na porção Norte do seu território, foi absorvido, reelaborado e rerepresentado por uma cultura regional híbrida, rica em idiosincrasias e que delineou sua identidade pela diferença, pois ser diferente é a forma mais imediata de existir socialmente.

Referências bibliográficas

- ABELLÁ, Luis Alberto; LEÓN, Joel Salomon de. *Cosas y gentes de Rivera*. Rivera: Junta Departamental, 1994.
- APPLEBY, Joyce. *Telling the truth about History*. New York: Norton & Company, 1995.
- BENTANCUR, Arturo Ariel. *Contrabando y contrabandistas: historias coloniales*. Montevédu: Arca, 1982.
- BISIO, Agustín R. *Brindis agreste*. 2. ed. Montevédu: Letras, 1964.
- BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1889.
- _____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.
- CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1973.
- _____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria da literatura e história literária*. 8. ed. São Paulo: Queros, 2000.
- FELDE, Zun. *La frontera de Bisio. Frontera, Rivera*: Intendência Departamental de Rivera, 1936.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1870: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JÚDICE, Nuno. *As máscaras do poema*. Lisboa: Aríon, 1999.
- LEITE, Lúcia C. Moraes. *Análise crítica do conceito de discurso – situação do discurso literário. Bacab: estudos semiológicos*. São José do Rio Preto: Planalto, 1975.
- LEÓN, Joel. *Dicionário riverense*. Rivera: Ed. do Autor, 1997.
- LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- NAVARRO, Waldemar R. *Vila ceballos: los que puzieron los cimientos*. História de Rivera. Rivera: Atlândida, 1981.
- OLIVEN, Rubem George. *A parte e o todo*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- POLLACK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PICCOLO, Helga I. L. *A fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Estado oriental: limite ou integração?* In: ENCONTRO NACIONAL E REGIONAL DE HISTÓRIA, 7., 5., Montevédu, *Anais...* Montevédu, 1990.
- PINTOS, Anibal Barrios. *Rivera: una historia diferente*. Montevédu: Ministerio de Educación y Cultura, 1990.
- POMIAN, Krzystof. *Histoire et fiction. Le Débat*, Paris, n.54, p. 114-137. mars/avril 1989.
- RICARDO, Cassiano. *Poesia, praxis e 22*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- RICCI, Maria L. de S. R.; MEDRANO, Lilia I. Z. de. *El papel del contrabando y la interacción fronteriza del Brasil sureño com el Estado Oriental del Uruguay: 1850-1880*. In: ENCONTRO NACIONAL REGIONAL DE HISTÓRIA, 7., 5., Montevédu, *Anais...* Montevédu, 1990.
- SILVA, Franklin Leopoldo E. Bergson, Proust: *tensões no tempo*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SIMÕES, Olyntho M. *La sombra de los plátanos*. 3. ed. Rivera: [S. n.]1996.
- SOUZA, Roberto A. *Teoria da literatura*. São Paulo: Ática, 1995.

SOUZA, Susana B. de. Os caminhos e os homens do contrabando. In: CASTELLO, Iara Regina et al. (Org.). *Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996. p. 126-139.

VANGER, Milton I. *El país modelo- José Batlle y Ordoñez (1907-1915)*. 2. ed. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1991.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.